

Procedimento de Comercialização

PdC AM.10

**AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES –
COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE
ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE
DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL**

Versão: 5

Início de Vigência: 28.05.2010

Instrumento de Aprovação: Despacho ANEEL nº 1.497, de 27 de maio de 2010



ccee

Câmara de Comercialização
de Energia Elétrica



CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

ÍNDICE

1. APROVAÇÃO	3
2. HISTÓRICO DE REVISÕES	3
3. PROCESSO ORIGEM	4
4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO	4
5. PÚBLICO ALVO	4
6. OBJETIVO.....	4
7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS	5
8. LISTA DE TERMOS	7
9. FERRAMENTAS DE SUPORTE	8
10. PREMISSAS	9
11. FLUXOGRAMA	13
12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO	15
13. CRONOGRAMA GERAL	21
14. ANEXOS	24

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

1. APROVAÇÃO

Início de Vigência do Procedimento de Comercialização: 28.05.2010

Aprovado pelo Despacho ANEEL nº 1.497, de 27 de maio de 2010

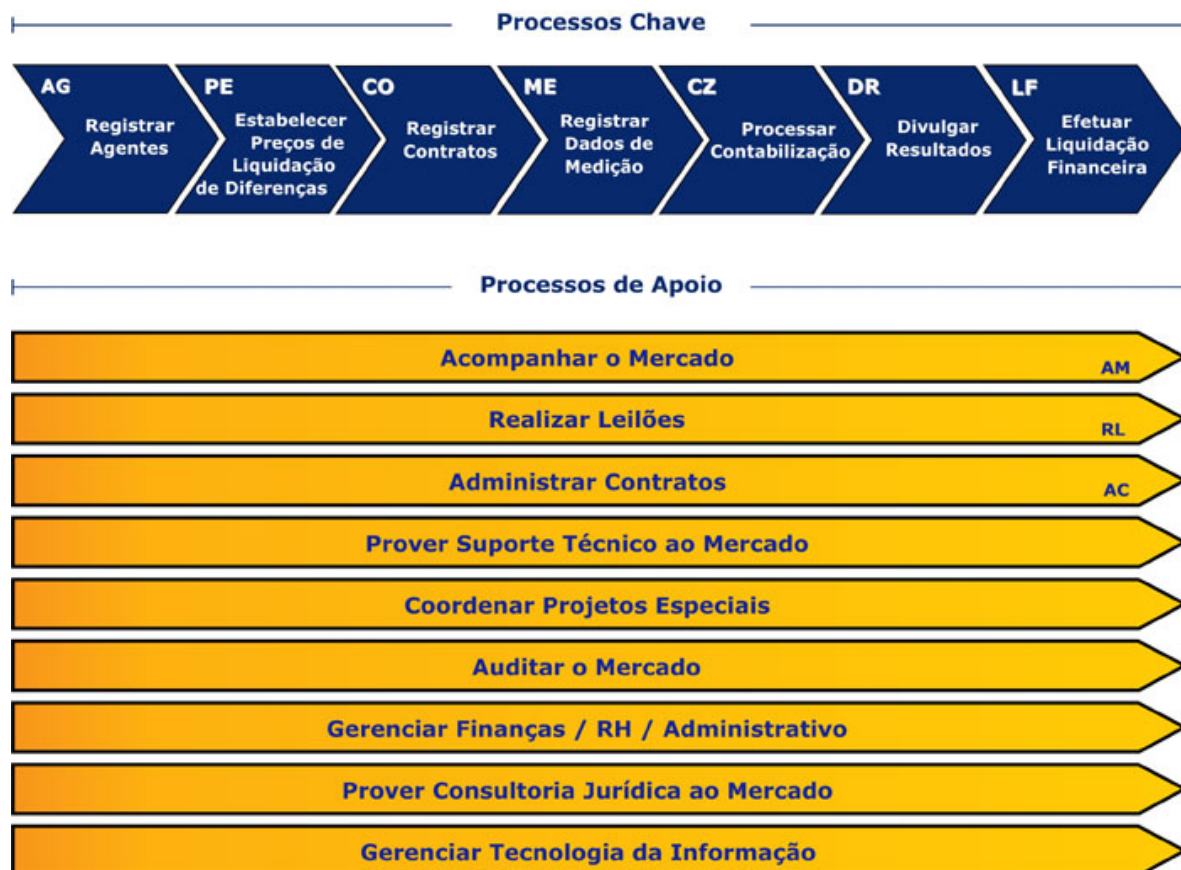
2. HISTÓRICO DE REVISÕES

- Versão 1** **25.11.2005**
Elaborada versão inicial do documento.
- Versão 2** **14.07.2006**
Adequação às Regras de Comercialização aprovada pela Resolução Normativa nº 210, de 13 de fevereiro de 2006.
- Versão 3** **01.10.2008**
Adequação à Resolução Normativa nº 222, de 06 de junho de 2006 e à Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006.
- Versão 4** **23.04.2009**
Atualização de referências legislativas contidas nos anexos Termos de Notificação deste Procedimento de Comercialização.
- Versão 5** **28.05.2010**
Adequação das premissas de forma a contemplar o disposto nas Regras de Comercialização – versão 2010 (REN nº 385/2009) e na Resolução Normativa ANEEL nº 376, de 25 de agosto de 2009.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

3. PROCESSO ORIGEM

Cadeia de Valor da CCEE



Macro Processo: Acompanhar o Mercado

4. NOME E CÓDIGO DO PROCEDIMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO

Aferição e Aplicação de Penalidades – Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia Elétrica e Potência e de Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível – AM.10.

5. PÚBLICO ALVO

- 5.1. Agente da CCEE
- 5.2. Superintendência da CCEE
- 5.3. Conselho de Administração da CCEE

6. OBJETIVO

Estabelecer o processo para a aferição de insuficiência de Cobertura de Consumo e Lastro para Venda de Energia e Potência e de Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível dos Agentes da CCEE, apuração e aplicação da penalidade correspondente, bem como estabelecer os procedimentos para registro de compra e venda de potência para a comprovação de Lastro de Potência.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

7. ASPECTOS LEGAIS E REGULATÓRIOS

- 7.1.1. Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.1.2. Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 – Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nº 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.
- 7.1.3. Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
- 7.1.4. Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da CCEE.
- 7.1.5. Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004 – Institui a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.
- 7.1.6. Resolução Normativa ANEEL nº 168, de 10 de outubro de 2005 – Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, referentes aos módulos de penalidades e ao de Cálculo das Garantias Financeiras e Rateio de Inadimplência.
- 7.1.7. Resolução Normativa ANEEL nº 169, de 10 de outubro de 2005 – Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no caso de indisponibilidade de empreendimento de geração ou de importação de energia, bem como altera a redação dos incisos IV e V, do § 7º do art. 1º, da Resolução ANEEL nº 352 de 22.07.2003.
- 7.1.8. Resolução Normativa ANEEL nº 222, de 06 de junho de 2006 – Altera dispositivos da Resolução nº 433, de 26 de agosto de 2003, que estabelece os procedimentos e as condições para início da operação em teste e da operação comercial de empreendimentos de geração de energia elétrica, e da Resolução nº 190, de 12 de dezembro de 2005, que estabelece requisitos relativos ao suprimento de combustível para usinas termelétricas e estabelece prazos para regularização.
- 7.1.9. Resolução Normativa ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006 – Estabelece as condições para a comercialização de energia elétrica, oriunda de empreendimentos de geração que utilizem fontes primárias incentivadas, com unidade ou conjunto de unidades consumidoras cuja carga seja maior ou igual a 500 kW e dá outras providências.
- 7.1.10. Resolução Normativa nº 341, de 02 de dezembro de 2008 – Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2009, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, alterada pela Resolução Normativa nº 348, de 06 de janeiro de 2008, e dá outras providências.
- 7.1.11. Resolução Normativa nº 263, de 17 de abril de 2007 - Altera o parágrafo único do art. 1º, bem como o art. 22 do Anexo da Resolução Normativa ANEEL 109 de 26.10.2004, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, referente ao funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
- 7.1.12. Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra - Estrutura - REIDI; reduz para 24 (vinte e quatro) meses o prazo mínimo para utilização dos créditos da contribuição para o PIS / PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, decorrentes da aquisição de edificações; amplia o prazo para pagamento de impostos e contribuições; altera a Medida Provisória 2.158 - 35 de 24.08.2001, e as Leis 9.779 de 19.01.1999, 8.212 de 24.07.1991, 10.666 de 08.05.2003, 10.637 de 30.12.2002, 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996, 10.426 de 24.04.2002, 10.833 de 29.12.2003, 10.892 de 13.07.2004, 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.438 de 26.04.2002, 10.848 de 15.03.2004, 10.865 de 30.04.2004, 10.925 de 23.07.2004 e

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

- 11.196 de 21.11.2005; e revoga dispositivos das Leis 4.502 de 30.11.1964, 9.430 de 27.12.1996 e do Decreto - Lei 1.593 de 21.12.1977, e dá outras providências.
- 7.1.13. Decreto nº 6.210, de 18 de setembro de 2007 - Altera dispositivos do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, define demanda mínima por unidade de consumo para a equiparação de consumidor a autoprodutor, e dá outras providências.
- 7.1.14. Resolução Normativa ANEEL nº 286, de 06 de novembro de 2007 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis a fontes incentivadas e consumidores especiais, de que trata a Resolução Normativa nº 247, de 21 de dezembro de 2006.
- 7.1.15. Resolução Normativa nº 341, de 02 de dezembro de 2008 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2009, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, e dá outras providências
- 7.1.16. Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008 – Regulamenta a contratação de energia de reserva de que trata o §3º do art.3º A da Lei 10.848, de 15 de março de 2004, mediante leilões a serem promovidos pela ANEEL, direta ou indiretamente, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia – MME, bem como altera o art. 44 do Decreto nº 5.163, de 30 de junho de 2004 e o art. 2º do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, e dá outras providências.
- 7.1.17. Resolução Normativa ANEEL nº 348, de 6 de janeiro de 2009 – Altera a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- 7.1.18. Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009 - Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; altera o § 4º do art. 1º da Lei 11.805 de 06.11.2008; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; altera o art. 1º da Lei 10.841 de 18.02.2004, as Leis 9.074 de 07.07.1995, 9.427 de 26.12.1996, 10.848 de 15.03.2004, 3.890-A de 25.04.1961, 10.847 de 15.03.2004, e 10.438 de 26.04.2002, e autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.
- 7.1.19. Resolução Normativa ANEEL nº 376, de 25 de agosto de 2009 - Estabelece as condições para contratação de energia elétrica, no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN, por Consumidor Livre, e dá outras providências.
- 7.1.20. Resolução Normativa ANEEL nº 385, de 08 de dezembro de 2009 - Aprova as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, versão 2010, de que trata a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica; altera art. 3º e acrescenta inciso ao art. 4º da Resolução Normativa 341 de 02.12.2008, altera art. 5º da Resolução 209 de 03.08.2008, e altera art. 2º da Resolução Normativa 336 de 28.10.2008.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

8. LISTA DE TERMOS

- Agente Autoprodutor
- Agente Associado
- Agente da CCEE ou Agente
- Agente de Comercialização
- Agente de Distribuição
- Agente de Exportação
- Agente de Geração
- Agente de Geração Incentivado
- Agente de Importação
- Agente Vendedor
- Agente Vinculado
- Agente Principal
- Ambiente de Contratação Regulada (ACR)
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
- Categoria de Agente ou Categoria
 - Categoria de Geração
 - Categoria de Distribuição
 - Categoria de Comercialização
- CCEAR por Disponibilidade
- Cobertura de Consumo
- Conselho de Administração da CCEE
- Consumidor Especial
- Consumidor Livre
- Contabilização
- Conteúdo Exclusivo do Agente
- Contrato de Compra de Energia Incentivada – CCEI
- du
- Encargos de Serviços do Sistema (ESS)
- Energia Convencional Especial
- Energia Incentivada Especial
- Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível
- Lastro de Potência
- Lastro para Venda de Energia
- Mercado de Curto Prazo
- Modalidade de Operação de Usinas
 - Tipo I A e I B
 - Tipo II A e II B
 - Tipo III
- Potência de Referência
- Produtor Independente
- Recontabilização
- Representante Legal
- Sistema de Contabilização e Liquidação (SCL)
- Superintendência da CCEE

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

- Usina

9. FERRAMENTAS DE SUPORTE

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
SCL	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE por meio do qual serão aferidos os níveis de insuficiência de Cobertura de Consumo e de Lastro para Venda de Energia e Potência e de Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível.
Termo de Notificação	<ul style="list-style-type: none"> Documento de notificação enviado ao Representantes Legal do Agente, informando a insuficiência de Cobertura de Consumo e/ou de Lastro para Venda de Energia e/ou Potência e /ou a Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível, o qual conterá as seguintes informações (vide seção 14): <ul style="list-style-type: none"> a) Identificação da CCEE e respectivo endereço; b) Mês de Referência e número do Termo de Notificação; c) Nome, endereço e qualificação do Agente notificado; d) Indicação do Agente Associado e/ou Agente Vinculado, caso aplicável. e) Descrição dos fatos apurados; f) Indicação do dispositivo regulatório descumprido; g) Indicação e valor em moeda nacional corrente da penalidade técnica aplicável; h) Prazo para apresentação da eventual Contestação ao Termo de Notificação e indicação de destinatário e local para seu encaminhamento; i) Local e data da expedição do Termo de Notificação; j) Assinatura do Superintendente da CCEE; k) Referência a este Procedimento de Comercialização.
Contestação ao Termo de Notificação	<ul style="list-style-type: none"> Documento de forma livre a ser elaborado em papel timbrado pelo Agente notificado, o qual deverá conter, no mínimo, as informações a seguir relacionadas: <ul style="list-style-type: none"> a) Mês de referência e número do Termo de Notificação; b) Qualificação do Agente notificado; c) Endereço eletrônico do Agente notificado para recebimento de comunicações posteriores; d) Os fatos e os fundamentos técnicos de contestação; e) As provas com que o Agente notificado pretende demonstrar a veracidade dos fatos alegados, caso aplicável; f) Local e data do documento; g) Identificação e assinatura do Representante Legal do Agente notificado. h) Anexos contendo os documentos citados no corpo da Contestação ao Termo de Notificação.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO
Ferramenta de Registro de Aquisição de Potência	<ul style="list-style-type: none"> Ferramenta disponibilizada para que os Agentes com superávits e insuficiência de potência possam realizar o Registro de Aquisição de Potência que comprovará a compra e venda de potência para a eventual constituição de Lastro no Mês de Referência. A Superintendência da CCEE disponibilizará um manual de instrução com os detalhes de utilização por meio do Conteúdo Exclusivo do Agente.

10. PREMISSAS

10.1. Premissas gerais

- 10.1.1. Os valores previstos das taxas equivalentes de indisponibilidade forçada (TEIF) e de indisponibilidade programada (TEIP) de que trata o Art. 5º da Resolução Normativa ANEEL nº 169, de 10 de outubro de 2005, serão calculados e disponibilizados pelo ONS à CCEE e divulgados no Conteúdo Exclusivo dos Agentes.
- 10.1.2. Conforme estabelecido, respectivamente, no PdC AG.01 – Adesão à CCEE e no PdC AM.12 - Representação Contábil de Agentes, a penalidade aplicável ao agente associado ou ao agente vinculado é apurada separadamente e será informada ao respectivo agente principal por meio do termo de notificação específico.
- 10.1.3. O preço de Referência para Pagamento da Penalidade por Insuficiência de Lastro de Potência é calculado no módulo de Penalidades das Regras de Comercialização, com base no preço não ajustado determinado pela ANEEL conforme Resolução Normativa nº 254, de 27 de fevereiro de 2007, atualizado monetariamente pela variação do IPCA, e corrigido por um fator de ajuste.
- 10.1.4. A penalidade por insuficiência de lastro para venda de energia e/ou cobertura contratual de consumo será calculada com base no montante de insuficiência apurada multiplicada pelo preço de referência determinado no módulo de Penalidades das Regras de Comercialização.
- 10.1.5. A contagem dos prazos estabelecidos neste Procedimento de Comercialização é realizada observando-se apenas os dias úteis.

10.2. Premissas Específicas para os Agentes Geradores Concessionários de Serviço Público, Produtores Independentes, Agentes Importadores, Comercializadores e Agentes Autoprodutores

- 10.2.1. A Superintendência da CCEE aferirá, conforme estabelecido nas regras de comercialização, as insuficiências de lastro para venda de energia e de potência. Na ocorrência da insuficiência, a penalidade aplicável será informada por meio de termo de notificação, para fins de cobrança ou eventual contestação.
- 10.2.2. O lastro para venda de energia deverá ser constituído pela garantia física proporcionada por empreendimento de geração própria ou de terceiros, neste caso mediante contratos de compra de energia.
- 10.2.3. Para fins de comprovação de lastro para venda do agente vendedor de energia incentivada especial serão consideradas apenas as garantias físicas de usinas incentivadas especiais, contratos de compra de energia incentivada especial e contratos de compra de energia convencional especial.
- 10.2.4. Os contratos de compra de energia oriunda de fontes convencionais e/ou fontes de cogeração qualificada registrados para fins de complementação de geração não compõem lastro para venda de energia dos agentes comercializadores de energia incentivada especial.
- 10.2.5. Para fins de comprovação de lastro para venda do agente vendedor de energia convencional especial serão consideradas apenas as garantias físicas de usinas convencionais especiais, contratos de compra de energia incentivada especial e

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

contratos de compra de energia convencional especial.

- 10.2.6. O agente autoprodutor que possuir usina de geração de energia convencional, cuja autorização para comercialização de energia esteja com data de vigência expirada, terá sua garantia física exclusivamente destinada a lastrear sua carga correspondente ao perfil de consumo, não podendo utilizá-la como lastro para venda.
- 10.2.7. Caso o agente autoprodutor possua usina cadastrada sob seu perfil vinculado convencional especial, incentivado especial ou de cogeração qualificada, cuja autorização para comercialização de energia esteja com data de vigência expirada, e o agente tenha a intenção de lastrear seu perfil de consumo, deverá: (i) descadastrar a usina de seu perfil vinculado e; (ii) cadastrar a usina em seu perfil principal, de acordo com o PdC ME.02 – Manutenção do Cadastro do Sistema Elétrico no SCL.
- 10.2.8. Para o agente autoprodutor que desejar atender sua carga utilizando a garantia física de ativo de geração, com exceção daqueles classificados como fonte convencional, será necessário registrar contratos de venda entre o perfil de consumo e perfil de autogeração Incentivado especial, convencional especial e de cogeração qualificada.

10.3. Premissas Específicas para os Agentes da Categoria de Distribuição

- 10.3.1. As penalidades apuradas no ano civil anterior serão notificadas aos agentes por meio dos respectivos Termos de Notificação para pagamento ou eventual contestação.
- 10.3.2. A cobertura de consumo deverá ser constituída por geração própria e/ou por intermédio de contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e aprovados, homologados ou registrados pela ANEEL, ou ainda, com os resultados obtidos nas trocas do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits Ex-Post, de modo a garantir o atendimento a cem por cento de seus mercados.
- 10.3.3. As exposições involuntárias dos agentes da categoria de distribuição deverão ser consideradas pelo Conselho de Administração no momento em que forem analisadas as penalidades imputadas por falta de cobertura contratual.
- 10.3.4. A Superintendência da CCEE aferirá a insuficiência de lastro de potência dos agentes da categoria de distribuição, conforme definido nas Regras de Comercialização, e disponibilizará o nível de insuficiência de lastro de potência mensalmente no SCL, a partir da contabilização do mês de maio de 2010. As penalidades serão aplicadas a partir da contabilização do mês de outubro de 2010.
- 10.3.5. Os agentes da categoria de distribuição não poderão comercializar o excedente de potência contratada.

10.4. Premissas Específicas para os Agentes Consumidores Livres e Consumidores Especiais

- 10.4.1. As penalidades aplicáveis serão mensalmente notificadas aos agentes, por meio dos respectivos Termos de Notificação, para pagamento ou eventual contestação.
- 10.4.2. A cobertura de consumo deverá ser constituída de geração própria ou por intermédio de contratos registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e, quando for o caso, aprovados, homologados ou registrados na ANEEL, de modo a garantir o atendimento a cem por cento de suas cargas.
- 10.4.3. No processo de apuração do nível de insuficiência de cobertura contratual de agente consumidor especial serão considerados os contratos de compra de energia convencional especial e os contratos de compra de energia incentivada especial.
- 10.4.4. A Superintendência da CCEE aferirá a insuficiência de lastro de potência dos agentes de consumo, conforme definido nas regras de comercialização, e disponibilizará o nível de insuficiência de lastro de potência mensalmente no SCL, a partir da contabilização do mês de maio de 2010. As penalidades serão aplicadas a partir da contabilização do mês de outubro de 2010.
- 10.4.5. Agentes Consumidores livres e especiais não poderão comercializar o excedente de

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

potência contratada.

- 10.4.6. Os perfis de consumo da classe consumidor livre e/ou da classe consumidor especial, modelados no mesmo CNPJ, para efeitos de penalidade, terão a insuficiência de contratação de energia apurada de forma global conforme disposto nas Regras de Comercialização.
- 10.4.7. Em se tratando do mesmo agente consumidor, eventuais sobras contratuais do perfil consumidor especial serão consideradas na apuração do nível de contratação do perfil consumidor livre, sendo o inverso aplicável somente se as sobras contratuais envolverem energia proveniente de empreendimento de geração enquadrado no §5º do art.26 da Lei nº 9.427/1996.

10.5. Premissas Específicas para Agentes de Geração responsáveis por Usinas termelétricas

- 10.5.1. O ONS informará, mensalmente, à Superintendência da CCEE, a energia não gerada em decorrência da indisponibilidade de geração por falta de combustível.
- 10.5.2. O preço da penalidade por indisponibilidade de geração por falta de combustível será determinado conforme Regras de Comercialização.
- 10.5.3. Os recursos oriundos da aplicação da penalidade por indisponibilidade de geração por falta de combustível serão destinados ao abatimento dos encargos de serviços do sistema – ESS.
- 10.5.4. A usina termelétrica, exceto movida a biomassa, que possuir CCEAR por disponibilidade celebrado no 2º e/ou 3º leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos novos, não poderá efetuar contratos de compra de energia para suprir indisponibilidade por falta de combustível.

10.6. Premissas específicas referentes à Comercialização de Potência

- 10.6.1. A Superintendência da CCEE calculará o nível de insuficiência de lastro de potência, conforme definido nas Regras de Comercialização, e disponibilizará, mensalmente no SCL, o nível de insuficiência de lastro de potência do agente e a lista de agentes com superávit de potência.
- 10.6.2. A negociação de potência entre os agentes será regida por contratos bilaterais livremente pactuados.
- 10.6.3. A ferramenta de registro de aquisição de potência disponibilizará, para cada dia do mês, somente a relação dos agentes com superávit de potência.
- 10.6.4. Os agentes somente poderão negociar potências no mesmo período de apuração em que se constatou a existência de insuficiência de potência.
- 10.6.5. Não será permitida a aquisição de potência para revenda. A venda de potência será limitada ao eventual superávit de potência apurado conforme Regras de Comercialização.
- 10.6.6. Após a negociação de potência entre os agentes, os mesmos deverão efetuar os registros de aquisição de potência na ferramenta de registros de aquisição de potência (vide seção 9), os quais serão considerados pela Superintendência da CCEE na aferição dos níveis de insuficiência de lastro de potência, conforme estabelecido nas Regras de Comercialização. Caso aplicável, a Superintendência da CCEE encaminhará o Termo de Notificação de insuficiência de lastro de potência com a respectiva penalidade.
- 10.6.7. A potência negociada não produzirá efeitos na contabilização do mercado de curto prazo, bem como não será motivo para deferimento de solicitação de recontabilização.

10.7. Disposições Finais

- 10.7.1. Após a contabilização, as penalidades preliminarmente apuradas por meio do SCL serão analisadas, levando em consideração os aspectos técnicos e/ou jurídicos, pela Superintendência da CCEE, que poderá realizar eventuais ajustes para posterior encaminhamento dos respectivos Termos de Notificação. Havendo recomendação para

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

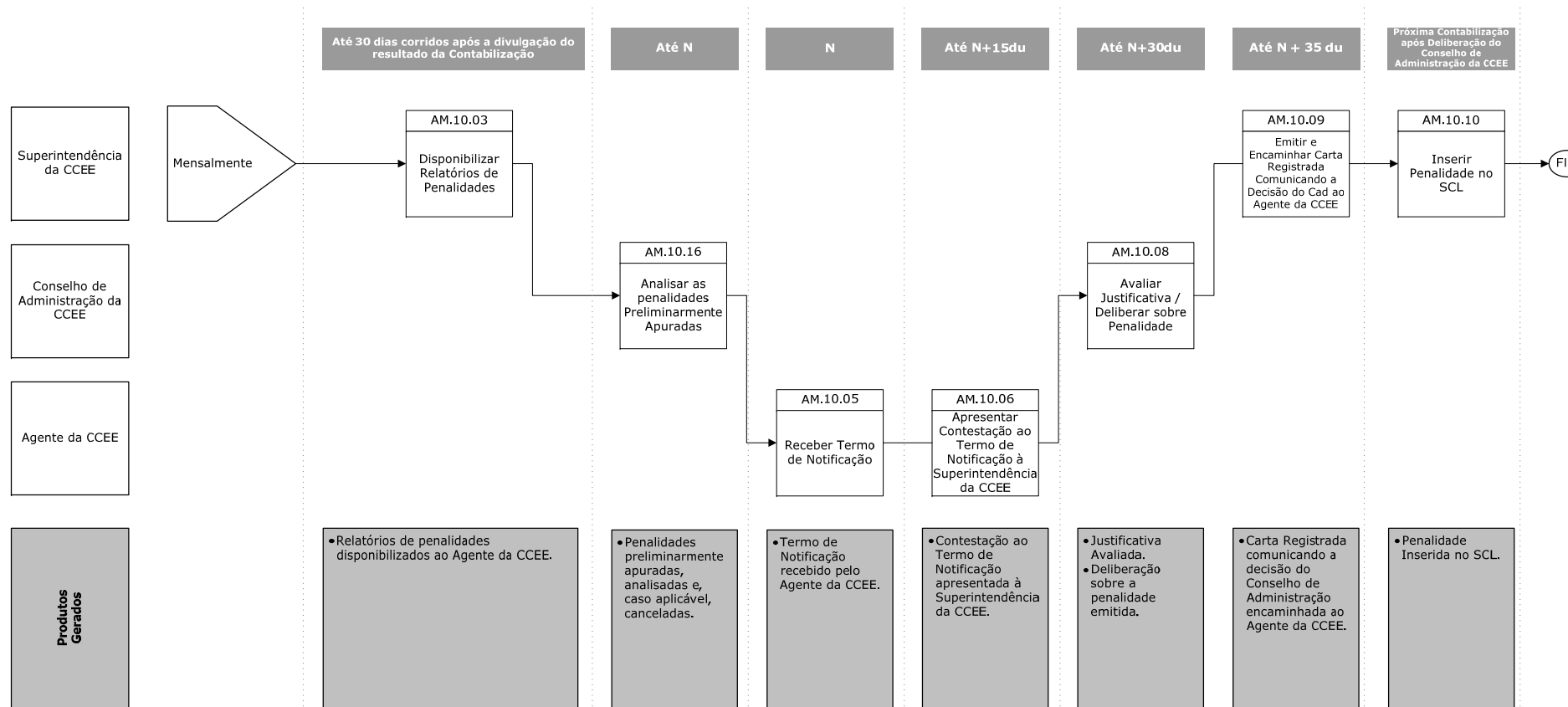
o cancelamento da penalidade, a Superintendência da CCEE deverá relacionar e justificar os casos e submetê-los para decisão do Conselho de Administração da CCEE.

- 10.7.2. A Superintendência da CCEE encaminhará um Termo de Notificação para cada penalidade aplicável por insuficiência de cobertura de consumo, de lastro para venda de energia e potência e de indisponibilidade de geração por falta de combustível, por meio de carta registrada assinada pelo Superintendente da CCEE, e com aviso de recebimento dos correios (AR).
- 10.7.3. Serão considerados na contabilização somente os valores efetivamente pagos de penalidades aplicadas, conforme processo de pagamento descrito no PdC AM.14 – Gestão do Pagamento de Penalidades.
- 10.7.4. As penalidades não contestadas pelo agente seguirão o rito previsto no PdC AM.14 – Gestão do Pagamento de Penalidades.
- 10.7.5. O agente notificado poderá apresentar contestação ao Termo de Notificação, considerando os prazos estipulados neste Procedimento de Comercialização (vide seção 13) e conforme a ferramenta de contestação ao Termo de Notificação (vide seção 9). Para tanto, deverá encaminhar a contestação ao Termo de Notificação à Superintendência da CCEE, no prazo estipulado, no endereço da Alameda Santos, 745 - Cerqueira César - São Paulo – SP, CEP: 01419-001, A/C da Central de Documentação – CEDOC, das 08h00 às 18h00.
- 10.7.6. Caso o agente notificado não apresente a contestação ao Termo de Notificação no prazo estabelecido neste Procedimento de Comercialização, o valor da penalidade apurada constante do Termo de Notificação será automaticamente aplicada e deverá ser paga conforme o PdC AM.14 – Gestão do Pagamento de Penalidades.
- 10.7.7. Caso o agente notificado apresente a contestação ao Termo de Notificação no prazo estabelecido neste Procedimento de Comercialização, a Superintendência da CCEE encaminhará para avaliação e deliberação do Conselho de Administração da CCEE a documentação inerente ao processo, incluindo parecer técnico e a respectiva contestação ao Termo de Notificação.
- 10.7.8. Para apresentação de seu voto e deliberação do Conselho de Administração, o Conselheiro Relator do processo poderá efetuar diligência, pedir esclarecimentos e/ou apresentação de documentos, análises e outros subsídios que entender necessários, hipótese na qual a avaliação do processo ficará sobrestada pelo tempo necessário.
- 10.7.9. O Conselho de Administração da CCEE informará a sua decisão à Superintendência para a devida comunicação ao respectivo agente, a qual ocorrerá mediante carta registrada assinada pelo Superintendente da CCEE e com aviso de recebimento dos correios (AR).
- 10.7.10. Conforme a decisão do Conselho de Administração da CCEE, a penalidade aplicada será paga conforme o PdC AM.14 – Gestão do Pagamento de Penalidades.
- 10.7.11. As receitas resultantes da aplicação de penalidades por insuficiência de cobertura de consumo, de lastro para venda de energia e potência serão revertidas à modicidade tarifária no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, conforme determinado no § 4º do art. 3º do Decreto nº 5.163, de 2004.
- 10.7.12. A Superintendência da CCEE encaminhará periodicamente para a ANEEL uma análise das aferições de insuficiência de cobertura de consumo e lastro para venda de energia e potência, bem como das decorrentes de indisponibilidade de geração por falta de combustível dos agentes da CCEE, com as respectivas penalidades aplicadas.
- 10.7.13. Os relatórios do SCL referentes às penalidades apuradas conterão todas as informações utilizadas nos cálculos de insuficiência de cobertura de consumo e lastro para venda de energia e potência e indisponibilidade de geração por falta de combustível.
- 10.7.14. Os Termos de Notificação constantes na seção 14 deste Procedimento de Comercialização são meramente modelos, podendo sofrer alterações de acordo com a legislação e normas regulatórias vigentes.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

11. FLUXOGRAMA

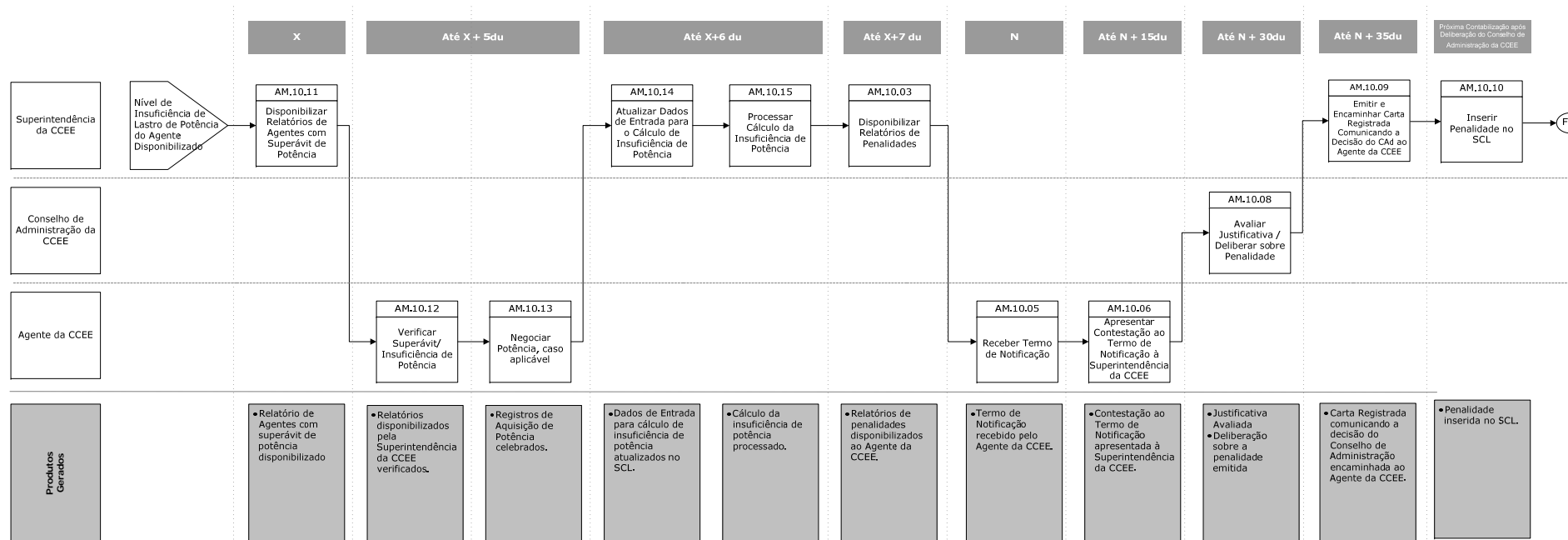
11.1. Aferir Infração e Aplicar Penalidade de Insuficiência de Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível



Legenda:
N: data de recebimento do Termo de Notificação pelo Agente da CCEE.
du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM. 10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

11.2 Negociar Potência, Aferir Infração e Aplicar Penalidade de Lastro de Potência



Legenda:

N: data de recebimento do Termo de Notificação pelo Agente da CCEE.

X: data do Relatório de Superávit/Insuficiência de Potência.

du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

12. MATRIZ DE OPERACIONALIZAÇÃO

12.1. Aferir Infração e Aplicar Penalidade de Insuficiência de Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Disponibilizar relatórios de penalidades	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar aos agentes da CCEE por meio do SCL, relatórios de penalidades com todas as informações, referentes ao cálculo de insuficiência de cobertura de consumo, lastro para venda de energia e indisponibilidade de geração por falta de combustível. 	SCL	Relatórios de penalidades disponibilizados ao agente da CCEE.	Até 30 dias corridos após a divulgação do resultado da contabilização
Analisar as penalidades preliminarmente apuradas	Conselho de Administração da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Analisar cada penalidade apurada; Cancelar, caso aplicável, a aplicação da penalidade; <p>Nota: Após análise das penalidades apuradas pelo Conselho de Administração da CCEE, a Superintendência da CCEE encaminhará, se for o caso, os termos de notificação aos agentes responsáveis.</p>		Penalidades preliminarmente apuradas, analisadas e, caso aplicável, canceladas.	Até N
Receber termo de notificação	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber o(s) termo(s) de notificação. <p>Notas:</p> <ol style="list-style-type: none"> O agente receberá um termo de notificação para cada penalidade apurada. As penalidades aplicáveis serão primeiramente analisadas pelo Conselho de Administração da CCEE, que poderá realizar eventuais ajustes e/ou cancelar a aplicação da penalidade, para posterior encaminhamento dos respectivos termos de notificação. 		Termo de notificação recebido pelo agente da CCEE.	N

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Apresentar contestação ao termo de notificação à Superintendência da CCEE	Agente da CCEE	Elaborar e encaminhar contestação da notificação à Superintendência da CCEE para o endereço Alameda Santos, 745 - Cerqueira César - São Paulo – SP, CEP: 01419-001, A/C da Central de Documentação – CEDOC, das 08h00 às 18h00, caso aplicável.		Contestação ao termo de notificação apresentada à Superintendência da CCEE.	Até N+15du
Avaliar justificativa / deliberar sobre penalidade	Conselho de Administração da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber contestação ao termo de notificação. Eleger, dentre os Conselheiros da CCEE, um responsável pela condução dos trabalhos inerentes ao processo de contestação ao termo de notificação. Analisar a contestação da notificação. Julgar a aplicação da penalidade. Emitir deliberação sobre a aplicação da penalidade. 		Justificativa avaliada. Deliberação sobre a penalidade emitida.	Até N+30du
Emitir e encaminhar carta registrada comunicando a decisão do conselho de administração ao agente da CCEE	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Emitir e encaminhar ao agente da CCEE carta registrada e com aviso de recebimento (AR), assinada de próprio punho pelo Superintendente da CCEE, comunicando a decisão do Conselho de Administração da CCEE sobre a contestação ao termo de notificação. 		Carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao agente da CCEE.	Até N+35du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Inserir penalidade no SCL	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Inserir no SCL penalidade a ser aplicada ao agente notificado, com base na deliberação do Conselho de Administração da CCEE. 	SCL	Penalidade inserida no SCL.	Próxima contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE

Legenda:

N: data de recebimento do termo de notificação pelo agente da CCEE.

du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

12.2. Negociar Potência, Aferir Infração e Aplicar Penalidade de Lastro de Potência.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Disponibilizar relatório de agentes com superávit de potência	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Disponibilizar aos agentes da CCEE por meio do SCL, relatório de agentes com superávit de potência. 	SCL	Relatório de agentes com superávit de potência disponibilizado	X
Verificar superávit/insuficiência de potência	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Verificar no relatório disponibilizado no SCL as quantidades de potência e os períodos de apuração que poderão ser objeto de negociação. 	SCL	Relatórios disponibilizados pela Superintendência da CCEE verificados.	Até X+5du
Negociar potência, caso aplicável	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Verificar, pela ferramenta de registro de aquisição de potência, os agentes com superávit de potência. Celebrar registros de aquisição de potência. <p>Nota: Será divulgada pela Superintendência da CCEE a relação dos agentes que apresentaram superávits de potência.</p>	Ferramenta de aquisição de potência	Registros de aquisição de potência celebrados.	Até X+5du
Atualizar dados de entrada para o cálculo de insuficiência de potência	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Atualizar dados de entrada para processar a aferição dos níveis de insuficiência de lastro de potência. <p>Nota: A Superintendência da CCEE considerará na aferição da infração os registros de aquisição de potência.</p>		Dados de entrada para cálculo de insuficiência de potência atualizados no SCL.	Até X+6du
Processar cálculo da insuficiência de potência	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Processar a aferição da penalidade. 	SCL	Cálculo da insuficiência de potência processado.	Até X+6du
Disponibilizar relatórios de penalidades	Superintendência da CCEE	Disponibilizar aos agentes da CCEE, por meio do SCL, relatórios de penalidades contendo o cálculo de insuficiência de lastro de potência.	SCL	Relatórios de penalidades disponibilizados ao agente da CCEE.	Até X+7du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Receber termo de notificação	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber o termo de notificação de lastro de potência <p>Nota: O agente receberá um termo de notificação para cada infração cometida.</p>		Termo de Notificação recebido pelo agente da CCEE.	N
Apresentar contestação ao termo de notificação à Superintendência da CCEE	Agente da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e encaminhar contestação da notificação à Superintendência da CCEE para o endereço Alameda Santos, 745 - Cerqueira César - São Paulo – SP, CEP: 01419-001, A/C da Central de Documentação – CEDOC, das 08h00 às 18h00, caso aplicável. 		Contestação ao termo de notificação apresentada à Superintendência da CCEE.	Até N+15du
Avaliar justificativa / deliberar sobre penalidade	Conselho de Administração da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Receber contestação ao termo de notificação. Eleger, dentre os Conselheiros da CCEE, um responsável pela condução dos trabalhos inerentes ao processo de contestação ao termo de notificação. Analisar a contestação da notificação. Julgar a aplicação da penalidade. Emitir deliberação sobre a aplicação da penalidade. 		Avaliação da justificativa. Deliberação sobre a penalidade emitida.	Até N+30du
Emitir e encaminhar carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração ao agente da CCEE	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Emitir e encaminhar ao agente da CCEE carta registrada e com aviso de recebimento (AR), assinada de próprio punho pelo Superintendente da CCEE, comunicando a decisão do Conselho de Administração da CCEE sobre a contestação ao termo de notificação. 		Carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao agente da CCEE.	Até N+35du

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	FERRAMENTA	PRODUTOS GERADOS	PRAZO
Inserir penalidade no SCL	Superintendência da CCEE	<ul style="list-style-type: none"> Inserir no SCL penalidade a ser cobrada do agente notificado, com base na deliberação do Conselho de Administração da CCEE. 	SCL	Penalidade inserida no SCL.	Próxima contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE

Legenda:

N: data de recebimento do termo de notificação pelo agente da CCEE.

X: data do relatório de superávit/insuficiência de potência.

du: dias úteis.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

13. CRONOGRAMA GERAL

13.1. Aferir Infração e Aplicar Penalidade de Insuficiência de Cobertura de Consumo, Lastro para Venda de Energia e Indisponibilidade de Geração por Falta de Combustível.

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA						
Relatórios de penalidades disponibilizados ao agente da CCEE.	Até 30 dias corridos após a divulgação do resultado da Contabilização						
Penalidades preliminarmente apuradas, analisadas e, caso aplicável, canceladas.		Até N					
Termo de notificação recebido pelo agente da CCEE.			N				
Contestação ao termo de notificação apresentada à Superintendência da CCEE.				Até N+15du			
Justificativa avaliada.					Até N+30du		
Deliberação sobre a penalidade emitida.					Até N+30du		
Carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao agente da CCEE.						Até N+35du	
Penalidade inserida no SCL.							Próxima contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

13.2. Negociar Potência, Apurar Infração e Aplicar Penalidade de Lastro de Potência.

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA								
Relatório de agentes com superávit de potência disponibilizado.	X								
Relatórios disponibilizados pela Superintendência da CCEE verificados.		Até X+5du							
Registros de aquisição de potência celebrados.		Até X+5du							
Dados de entrada para cálculo de insuficiência de potência atualizados no SCL.			Até X+6du						
Cálculo da insuficiência de potência processado.			Até X+6du						
Relatórios de penalidades disponibilizados ao agente da CCEE.				Até X+7du					

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		
CÓDIGO PdC AM.10	INÍCIO DE VIGÊNCIA 28.05.2010	Versão 5
NOME AFERIÇÃO E APLICAÇÃO DE PENALIDADES – COBERTURA DE CONSUMO, LASTRO PARA VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA E INDISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO POR FALTA DE COMBUSTÍVEL		

PRODUTO GERADO	CRONOGRAMA								
Termo de notificação recebido pelo agente da CCEE.					N				
Contestação ao termo de notificação apresentada à Superintendência da CCEE.						Até N+ 15du			
Justificativa avaliada.							Até N+30du		
Deliberação sobre a penalidade emitida.							Até N+30du		
Carta registrada comunicando a decisão do Conselho de Administração encaminhada ao agente da CCEE.								Até N+ 35du	
Penalidade inserida no SCL.									Próxima contabilização após deliberação do Conselho de Administração da CCEE

Legenda:

N: data de recebimento do termo de notificação pelo agente da CCEE.

X: data do Relatório de superávit/insuficiência de potência.

du: dias úteis.

14. ANEXOS**Termo de Notificação nº (Número do Termo/Ano)***Tipo de Penalidade Técnica**Especificação da Classe do Agente Penalizado**Se Agente Vinculado/Associado, quando aplicável***1. Emissor**

Nome: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Endereço: Alameda Santos, 745 - 9º andar, São Paulo - SP

2. Empresa Notificada

Nome:

CNPJ:

Categoria no âmbito da CCEE:

Endereço:

3. Agente Vinculado/Associado, quando aplicável

Nome:

4. Descrição dos Fatos Apurados*(Fato gerador da penalidade: especificação da insuficiência apurada e base regulatória para sua apuração)*

Mês de referência:

*(contabilização)***5. Penalidade Técnica**Penalidade técnica aplicável, calculada conforme
Módulo de Penalidades das Regras de Comercialização.*R\$ (Valor da Penalidade)*

São Paulo, ____ de ____ de ____

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Superintendente

O Agente notificado que optar por apresentar Contestação da Notificação, deverá encaminhá-la ao Conselho de Administração da CCEE, no endereço: Alameda Santos, 745 - 9º andar, Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP: 01419-001, A/C da Central de Documentação - CEDOC, das 08h00 às 18h00, com identificação e assinatura do representante legal.

O prazo para apresentação de Contestação é de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento desta notificação.